5ª STAL CONFERÊNCIA SINDICAL

25 . SETEMBRO . 2026 TENTÚGAL – COIMBRA

MOÇÃO

PELA PAZ, CONTRA A GUERRA. NÃO AO NEGÓCIO DA DESTRUIÇÃO E DA MORTE. PELA VIDA HUMANA!

A heresia da guerra montou quartel na União Europeia.

Nunca como agora estivemos tão perto da deflagração de uma guerra de grandes dimensões, ou mesmo de uma guerra limitada, mas de destruição maciça e de extrema intensidade.
As três comunidades económicas que deram origem à CEE e passaram o testemunho à União Europeia, criadas no pós-guerra mundial, tinham o propósito, agora traído, de impedir que uma nova guerra surgisse na Europa.

Mas a Europa está atolada na guerra e isso não é só de agora.
A primeira delas, com intervenção directa do aliado americano e dos países da Organização do Atlântico Norte (NATO), desmantelou em 10 anos (entre 1991 e 2001) a Jugoslávia que havia resistido a Hitler, e fragmentou-a nas guerras da Eslovénia, da Croácia, da Bósnia e do Kosovo.
Depois, o conflito na Ucrânia, iniciado em 2014, contra o Donbas, a que se seguiu, já em 2022, a guerra que jogou a Rússia contra a Ucrânia vai para o quinto ano.
Sem esquecer a guerra genocida de Israel contra o povo da Palestina em Gaza e na Cisjordânia, nem a agressão em grande escala que envolve os grandes interesses económicos e petrolíferos no Golfo, tão pouco os conflitos sangrentos em África.
O Planeta ferve e fede com o calor da metralha, a violência dos bombardeamentos, o cheiro pestilento da pólvora e da morte.

Temos em mãos ainda outras guerras de consequências nefastas e imprevisíveis.
Há uma guerra de desgaste económico e político dos EUA contra os países da União Europeia (UE) que pulverizou a quimera da aliança atlântica e da falsa pax americana.
Há uma guerra de governos da UE e de políticos ilegítimos colocados em Bruxelas contra os direitos humanos e as liberdades e garantias dos povos.
Há uma guerra da extrema-direita radical contra povos islâmicos e etnias a serem diabolizadas que atinge as nossas tradições e raízes multiculturais.
Há uma guerra de governantes de países da UE contra os povos indefesos da fome e da miséria que se viram para a opulência a Norte e são engolidos nos mares do Mediterrâneo e do Atlântico.
Há uma guerra contra os princípios basilares do Estado de Direito, contra o edifício de valores, princípios e direitos conquistados no pós-guerra do século passado, considerados inexpugnáveis e invioláveis.
Há uma guerra contra as bases elementares da democracia representativa através da mentira, da desinformação, da intoxicação ideológica, da afronta à segurança pessoal e da manipulação eleitoral por algoritmos e software produzido e vendido por Israel.
Há uma guerra comunicacional e de desinformação contra todos quantos lutam pelo bem-estar, pela Paz, por direitos, pela soberania e independência dos povos.
Há uma guerra contra o mundo do trabalho, contra milhões de pessoas que vendem a sua mão de obra por menos direitos em troca de produzirem mais riqueza que lhes é vedada.
Há uma guerra geral da desumanidade e da desumanização que proclama e exulta a vitória da riqueza, da exploração e da violência, e nos pretende vender a inevitabilidade das guerras e dos conflitos.

É neste terrível e insano contexto que os 27 Estados da UE hoje se preparam para uma nova guerra sangrenta e de proporções incalculáveis na Europa.

A Europa da União desencadeou uma corrida ao armamento após ter cortado os laços políticos, económicos e diplomáticos com o Leste. O programa SAFE (Instrumento de Acção para a Segurança da Europa) está dotado de 150 mil milhões de euros para financiar a compra de armamento pelos Estados-Membros da UE, cabendo a Portugal o financiamento de 5,8 mil milhões, dos quais 3,9 mil milhões já foram comprometidos na compra de três fragatas.

Pela voz dos responsáveis políticos a Alemanha reclama para si o propósito de se tornar de novo a maior potência militar na Europa.

Outro instrumento financeiro, o Programa da Indústria de Defesa Europeia (EDIP), para já com 1,5 mil milhões de euros, prevê a ajuda directa à indústria europeia de armamento.

Paralelamente, todos os governos da UE, ajudados pela burocracia política de Bruxelas – encabeçada por Leyen, Costa, Kallas e Metsola – impõem, aos 450 milhões de habitantes da UE, contenção nos salários e nas pensões, e a redução das prestações sociais do Estado e do financiamento de novas medidas de apoio destinados à saúde, ao ensino e ao bem-estar das populações.

Esta nova onda de políticas pauta-se por tirar recursos da criação de bem-estar e progresso social, para os entregar à indústria do armamento para sustentar uma nova guerra contra um inimigo imaginado e fabricado. Só há espaço para alimentar guerras quando deixamos que a nossa mente seja instrumentalizada para diabolizar povos através da desinformação e da manipulação dos factos.

Os países da UE, espaço político e económico ao qual pertencemos preparam-se a olhos vistos para afrontar a maior potência nuclear, e pretendem derrotá-la, subjugando-a. Pretendem fazer-nos crer que na era nuclear inaugurada pelos EUA em Hiroxima e Nagasaki em 1945, poderá coexistir uma guerra convencional de grande escala e intensidade quando num dos lados esteja uma potência nuclear acossada. Um logro!
Só há permeabilidade para a guerra se aceitarmos a separação infantil e tosca entre Bem e Mal, Nós e os Outros.

Só há espaço social para a guerra se não soubermos impor e fazer respeitar os nossos direitos.

Por tudo isto, os participantes na 5.ª Conferência Sindical do STAL:

- Proclamam a primazia da Carta das Nações Unidas e o primado da Paz e da concórdia entre os povos;
- Exigem que o Estado português e por ele os seus representantes políticos recusem o rearmamento da Europa com a finalidade de desencadeamento de uma nova guerra no espaço europeu;
- Instam os titulares dos órgãos de soberania e promoverem o diálogo, a concórdia e a paz entre todos os povos e governos que os representam;
- Reclamam de todos os representantes políticos a recusa empenhada da guerra, o empenho no caminho da paz, o compromisso no cumprimento da Constituição da Paz de Abril.

A 5.ª Conferência Sindical
Tentúgal, 25 de Setembro de 2026